

# A JUNTA PATRIÓTICA DO NORTE

## UM PROJECTO REPUBLICANO DE REMEMORAÇÃO DA I GUERRA MUNDIAL EM PORTUGAL

SÍLVIA CORREIA\*

**Resumo:** *A Junta Patriótica do Norte constituiu-se passado um mês da declaração de guerra da Alemanha, determinando que a sua actividade acompanharia o conflito. Porém, o seu esforço prolongou-se e acentuou-se no pós-guerra, nomeadamente no que diz respeito à assistência aos órfãos de guerra, às comemorações das efemérides e, por fim, mas não menos importante, à divulgação e concretização de manifestações artísticas de homenagem aos homens mortos. Neste artigo procura-se, num primeiro momento, para além do entendimento orgânico da instituição, analisar o seu papel na mobilização para o conflito e, numa segunda fase, estudar, em estreita dialéctica com os processos rememorativos oficiais, o seu lugar na delineação – material e imaterial – da memória da I Guerra Mundial em Portugal.*

**Palavras-chave:** Guerra; assistência; propaganda; rememoração.

**Abstract:** *The Junta Patriótica do Norte (JPN) was created a month after Germany's declaration of war, stating that one of its purposes would be to follow the conflict. However, its efforts were extended and intensified in the postwar period, particularly with respect to assistance to war orphans, the organization of war commemorations, and last but not least, the dissemination and implementation of artistic tributes to the war's fallen men. This article intends, besides the organic understanding of the institution, to first explore the Junta's role in the conflict's mobilization efforts and, second, its role in how the memory – material and immaterial – of World War I in Portugal has been shaped.*

**Keywords:** War; assistance; propaganda; remembrance.

A I Guerra Mundial galgou as fronteiras temporais e espaciais dos confrontos que decorreram entre 1914 e 1918, implicando um conjunto de mobilizações, transformações e/ou, persistências políticas, sociais e culturais nos países intervenientes cujo efeito perdurou muito para lá do fim da guerra.

Precoce no contexto português, a Junta Patriótica do Norte (JPN) destacou-se na assistência e propaganda exercidas no âmbito da intervenção portuguesa na I Guerra Mundial. Além da criação da sua própria obra de assistência aos soldados em campanha, no retorno e na subsequente reintegração e do apoio às vítimas da guerra – onde se destaca a sua acção, de que é exemplo a Casa dos Filhos dos Soldados (CFS) –, a JPN teve um papel importante na projecção, difusão e consolidação de processos de rememoração da experiência de guerra.

Neste artigo procura-se, num primeiro momento, para além do entendimento orgânico da instituição, analisar o seu papel na mobilização para o conflito, entre a propaganda e a assistência e, numa segunda fase, estudar, em estreita dialéctica com os processos rememorativos oficiais, o seu lugar na delineação – material e imaterial – da memória da I Guerra Mundial em Portugal.

Lamenta-se o desaparecimento, mesmo depois de uma larga procura nos arquivos

---

\* Instituto de História Contemporânea, FCSH – UNL. Email: sabcorreia@gmail.com.

Municipal e Distrital da cidade do Porto, na delegação da Liga dos Combatentes do Porto e no Lar dos Filhos dos Combatentes (antiga Casa dos Filhos dos Soldados), do fundo documental da Junta Patriótica do Norte, dificultando assim a possibilidade de uma análise sistemática da organização.

## A JUNTA PATRIÓTICA DO NORTE: PROPAGANDA E ASSISTÊNCIA

Face à inevitável declaração de guerra da Alemanha, vários cidadãos da cidade do Porto juntaram-se numa iniciativa de apoio à República e à participação na guerra, homens das letras, como professores universitários, médicos, advogados e artistas, nomeadamente: Santos Silva, Vasco de Oliveira, Barbosa de Castro, Adriano Gomes Pimenta, Belchior de Figueiredo, Aarão de Lacerda, Mário de Vasconcelos, Oliveira Ramos, Almeida Garrett.

O objectivo da Junta, de carácter cívico, seria «despertar na população do Norte as energias latentes de patriotismo, de dedicação e de fé e a confiança na Vitória» e «esclarecendo a situação de Portugal na Guerra a que fomos arrastados pelo idealismo das nossas almas, pela consciência da nossa situação e pela defesa do nosso património colonial, as cruzadas patrióticas da Junta, percorrendo a grande maioria das terras portuguesas do Norte, pregando a União Sagrada, que, numa só fé, numa só vontade deviam reunir as forças dominantes da República»<sup>1</sup>.

A Junta Patriótica do Norte (JPN) constituiu-se passado um mês da declaração de guerra da Alemanha, no dia 15 de Março de 1916, e foi oficializada em sessão plenária a 8 de Abril do mesmo ano, com a aprovação dos seus estatutos, determinando-se que a sua actividade acompanharia o conflito e passaria por «propaganda patriótica», «assistência e socorro às vítimas portuguesas da guerra», «prestar o seu auxílio e concurso para defesa nacional», e «contribuir para a resolução do sistema de subsistências»<sup>2</sup>.

Para além de uma intensa actividade filantrópica, a Junta protagonizou uma propaganda consistente à República, à intervenção na guerra e ao esforço dos soldados portugueses, através da organização e realização de conferências, campanhas de subscrição, recurso junto das entidades competentes para a obtenção de direitos e regalias<sup>3</sup>, comemorações, e delineação de processos memoriais<sup>4</sup>. Dirigida por Alberto de Aguiar<sup>5</sup>, trata-se de uma instituição de reconhecida acção e prestígio na cidade, muito em função da colocação social e profissional privilegiada dos seus membros, reunindo-se nos Paços do Concelho e mantendo ligação estreita com os poderes locais.

---

1 AGUIAR, 1932.

2 Cf. Junta Patriótica do Norte, 1934.

3 *Diário da Câmara dos Deputados*, 14 de Junho de 1923, p. 3 – Ofício da Junta Patriótica do Norte pedindo melhoria da situação dos mutilados de guerra.

4 Cf. AGUIAR, 1932.

5 Alberto Pereira Pinto de Aguiar, diplomado em filosofia, farmácia e medicina, e professor da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, onde ingressou no respectivo corpo docente em 1896. Alberto de Aguiar, que viria a ser director daquela escola no ano da sua jubilação, em 1935, era uma figura de referência da sua época, tendo pertencido a inúmeras sociedades científicas e sendo justamente conhecido como o «patriarca da bioquímica portuguesa».

A sua acção era regulada e coordenada essencialmente por dois órgãos centrais – Comissão Executiva e Mesa das Reuniões Plenárias – em colaboração com outras comissões e subcomissões. A saber: *Comissão Económica*, composta essencialmente por proprietários industriais; *Comissão de Imprensa*, responsável pela divulgação das actividades da instituição junto da imprensa local e nacional, integrando um largo núcleo de jornalistas e membros da imprensa de referência no Porto (*O Norte*; *O Primeiro de Janeiro*; *Jornal de Notícias*, entre outros), sendo presidida por Bento Carqueja; *Comissão de Propaganda*, composta por homens provenientes do ensino oficial e do meio médico militar, à qual cabia a concretização de diversas conferências de propaganda e informação das causas da participação na guerra; *Comissão Artística*, que comportava homens de destaque do mundo das artes, responsável pela elaboração de modelos que suportassem a actividade da Junta.

As suas receitas provinham, segundo relatórios de 1917 a 1937, por ordem decrescente e com as devidas variações temporais, de: cotizações e donativos voluntários de militares e particulares; subsídio de assistência pública distrital e nacional; subsídio camarário; subsídio de Estado (oriundo do Serviço de Seguros Sociais Obrigatórios ou de verbas excepcionais do Ministério da Guerra e do Trabalho); pensões (destinadas totalmente a ser capitalizadas em favor dos internados, não entram em percentagem no cômputo da receita); por fim, juros, festas, peditórios, venda de produtos, espectáculos, etc.

De ressaltar aquele que seria o recurso mais frequente – os «selos» da JPN (1917) e o selo dos Padrões da Grande Guerra (1925), parte do qual reverteria a favor da JPN. Várias foram as providências, principalmente junto das entidades oficiais, para que o selo da assistência fosse apostado à respectiva correspondência<sup>6</sup>. Importantes ainda para a melhoria das condições económicas da JPN foram algumas das conquistas legais obtidas<sup>7</sup>.



**Imagem 1** – Selo de assistência da Junta Patriótica do Norte, cuja primeira emissão data de 7 de Maio de 1917 (Fonte: Lar dos Filhos dos Combatentes).

<sup>6</sup> Cf. IAN/TT, MI, DGAPC, Maço 75, Caixa 45, Livro 67 – Documentos 1 a 3, Porto 1917. Correspondência com o Ministério do Interior para a aposição do Selo de Assistência, tendo anexadas as «Normas gerais da utilização do selo de Assistência da Junta Patriótica do Norte».

<sup>7</sup> Cf. Portaria n.º 1.100 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 171, 2 de Outubro de 1917; Portaria n.º 1.263 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 57, 21 de Março de 1918; Portaria n.º 2.037 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 221, 30 de Outubro de 1919.

Às actividades referidas, podem ainda agregar-se outras que decorrem deste conjunto rememorativo e filantrópico, mas que interessa destacar pela sua importância no quadro nacional do pós-guerra. Ainda durante o conflito assume um serviço de expedição de encomendas para a frente (propaganda, tabaco, jornais, etc.); durante, mas sobretudo findo o conflito, inicia uma campanha e responsabiliza-se, sem encargos, pela obtenção de pensões de sangue e pela equiparação dos serviços em França e África (inaugura a procuradoria das pensões de sangue no primeiro aniversário do Armistício).

## A CASA DOS FILHOS DOS SOLDADOS: ASSISTÊNCIA

Ultrapassada a fase preparatória, dedicada à organização e angariação de membros e fundos, procedeu-se à concretização do seu objectivo maior – prestar assistência aos soldados e órfãos da guerra.

Associando-se à iniciativa da Junta, constituiu-se a 30 de Agosto de 1916 o Núcleo Feminino de Assistência Infantil (NFAI), presidido por Filomena Nogueira de Oliveira e Maria Gonçalves no cargo de directora e ainda o contributo de 20 mulheres, entre outras, Ernestina dos Santos Silva, Narcisa Mariani Romariz, Rosette Bonneville de Oliveira, Adelina Lhama Mariani, Laura Alves de Veiga de Oliveira, Áurea Cardoso Sampaio Lima, Marie Louise Brondel.

Estas duas agremiações, a JPN e o NFAI, na sua clara interdependência, e apesar do baixo rédito da primeira subscrição, inauguraram a 25 de Julho de 1917 a Casa dos Filhos dos Soldados (CFS), com sede definitiva na Rua da Cedofeita (n.º 458), onde se receberá imediatamente e sem formalidades todos os órfãos de mãe cujos pais portugueses estivessem combatendo em França e na África, sendo ocupada por 42 órfãos de menos de 7 anos e alguns com apenas poucos meses, logo no primeiro mês. Segundo o regulamento da CFS, esta fora criada «com o fim imediato de assistência de guerra» e «destinava-se a recolher os filhos dos soldados em campanha, de harmonia com os recursos que a Junta disponha para esse fim». As crianças poderiam ser admitidas «desde o nascimento, não podendo permanecer no internato depois dos 7 anos, salvo se a junta possa criar as suas escolas profissionais, entendendo a sua assistência até aos 14 anos» (art. 7.º)<sup>8</sup>. Os grandes objectivos passariam por proporcionar às crianças uma educação moral e técnica<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Cf. AGUIAR, 1932.

<sup>9</sup> Segundo os estatutos, a educação passaria pelos seguintes parâmetros (AGUIAR, 1932): a) «Ministrar a todos, além da obrigatória instrução elementar e primária, uma educação essencialmente caseira, nomeadamente às meninas: para tal fim se lhes criou uma Escola de rendas e trabalhos femininos, uma Escola de Culinária e Estágio em todos os amanhos da casa; b) Promover a educação técnica, tanto quanto possível dos internados masculinos; c) Cuidar da sua educação moral e cívica por visitas, exemplos, práticas do bem e do bom trabalho: assistem a todas as homenagens patrióticas e prestam culto à memória dos seus, depondo todos os domingos no seu Monumento, à Praça de Carlos Alberto, um ramo de flores; d) Constituir a todos um pequeno dote de previdência à maioridade, [...]; f) Procurar a colocação dos seus internados, ficando sempre em relação com eles para lhes acudir no desemprego, na doença, ou em acidentes, procurando devolver-lhes o espírito de economia e previdência; g) Preencher as vagas que se vão dando aos filhos dos antigos combatentes que a morte lança na orfandade e que por tal facto são tão dignos de protecção como os daqueles que morreram combatendo; h) Proporcionar aos seus associados aquele quantum de distrações, divertimentos ou bem-estar higiénico, indispensável para a alegria da sua vida, saúde do seu corpo e satisfação do seu espírito. [...] i) Devolver-lhes o espírito de solidariedade, união e utilidade social [...].»

Acrescente-se que o esforço da CFS passava por uma ocupação a tempo completo das crianças; daí a criação da escola primária dentro da própria CFS<sup>10</sup> ou da primeira colónia senatorial marítima da CFS a 16 de Agosto de 1919. Desenvolveu igualmente iniciativas de reivindicação dos direitos dos filhos dos soldados mortos na guerra<sup>11</sup>.

### «À GRANDE CAUSA DO SACRIFÍCIO NACIONAL»: PROPAGANDA

A Grande Guerra seria o primeiro conflito a gerar celebrações mesmo antes do seu término, mais necessárias em tempo de guerra do que de paz, face ao seu imprevisto prolongamento e à necessidade de mobilizar a população no apoio ao esforço nacional. Poucas seriam, no entanto, as iniciativas oficiais. Ressalve-se as homenagens ao Exército num aproveitamento do calendário comemorativo oficial já existente.

Antes do término da contenda e da oficialização da cronologia comemorativa, as diligências partiam de associações, maioritariamente republicanas (algumas já existentes, outras criadas resultado da intervenção portuguesa). Dinamizavam, essencialmente, acções de sensibilização para as razões da entrada de Portugal na guerra; apoio e assistência aos soldados mobilizados e respectivas famílias; debates em torno do conflito e formalidades com representantes diplomáticos aliados. Eram iniciativas centradas na celebração da pátria e na «homenagem» aos combatentes mobilizados, aos inválidos e aos órfãos de guerra, cumprindo objectivos assistenciais e propagandísticos. Os programas das homenagens eram consideravelmente homogéneos: peditórios realizados à saída dos serviços fúnebres ou religiosos (garantindo de uma forma geral o seu carácter civil); «concertos patrióticos» de orfeões ou de crianças a que, muitas vezes, podia juntar-se uma conferência; exhibições cinematográficas; venda de flores por senhoras; em suma, todo um conjunto de actos que permitissem auferir alguns fundos.

*Estas jornadas, 'meios de propaganda aos quais é necessário conferir muita importância', foram precursores do 11 de Novembro. Os temas dolorosos, a compaixão, a união nacional e a omnipresença dos combatentes vangloriam-se por métodos tanto originais (o cinema) como clássicos (os ramos de flores, as bandeiras) darão algumas indicações aos promotores das comemorações em tempo de paz<sup>12</sup>.*

<sup>10</sup> Decreto n.º 13.762 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 120, 11 de Junho de 1927. Esta mesma escola é extinta no ano de 1928 (Decreto n.º 15.758 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 165, 20 de Julho de 1928).

<sup>11</sup> Cf. AHM – *Corpo Expedicionário Português*, 1ª Divisão, 36ª Secção, Caixa 36 (n.º 22) e Caixa 32 (n.º 30) – Correspondência trocada entre o Ministério da Guerra e a Junta Patriótica do Norte, 1921. Os documentos 22 e 30 são referentes à possibilidade dos órfãos de guerra usufruírem do direito de ser portadores das insígnias concedidas aos seus pais, «Podendo haver entre os órfãos de guerra que acarinhámos na nossa Casa dos Filhos dos Soldados, alguns que tenham direito a usar as insígnias com que seus pais tivessem sido galardoados, em consequência dos seus feitos heróicos, peço a V. Exa. o favor de nos mandar informar se, da lista junta, haverá alguns que estejam nas condições indicadas» (n.º 30, Porto, 6 de Setembro de 1921).

<sup>12</sup> DALISSON, 1998: 11: «Ces journées, 'moyens de propagande auxquels il faut accorder beaucoup d'importance', furent les précurseurs des 11 Novembre. Les thèmes doloristes, la compassion, l'Union nationale et l'omniprésence des combattants vantés par des méthodes aussi originales (le cinéma) que classiques (les gerbes, les drapeaux) donnèrent quelques indications aux promoteurs des anniversaires des temps de paix».

A JPN veio a revelar-se como um dos melhores exemplos de associação republicana de assistência e filantropia à *grande causa do sacrifício nacional*, exercendo para isso, tal como já foi referido, uma intensa campanha de propaganda, imediatamente a seguir à sua consagração estatutária. Lança o manifesto *Razões históricas dos antecedentes da Guerra declarada pela Alemanha a Portugal*. Inaugura várias conferências educativas para incitar os portugueses para o ressurgimento nacional (Março de 1917). São, ainda, exemplo disso, os muitos cartazes de propaganda da autoria de alguns dos homens mais destacados das letras da época, numa clara apologia à intervenção e ao heroísmo militar. Guerra Junqueiro seria o autor de um desses panfletos que sintetizaria os valores da JPN, que se desejavam generalizar e que a União Sagrada encarnava, mas, acima de tudo, que alimentaram o imaginário dos voluntários de guerra,

*Vós ides combater pela Humanidade e pela Pátria, por nós e pelo Mundo. Joana d'Arc e Nun'Alvares abraçam-se e fraternizam. Caminhai óvantes, caminhai alegres, sem hesitação e sem temor. Fitai a morte impávidos, com olhos de imortalidade e vitória. Quem morre pela Justiça e pela Pátria, inunda-se de luz, ergue-se a Deus. Custa-vos deixar a vossa casa, os vossos amores, os vossos pais, os vossos filhos, a terra adorada e boa de Portugal. As lágrimas saudosas que verteis são estrelas de amor que nos alumiam. Choraís à despedida como crianças, mas partis, cantando como heróis. O dever dos que ficam é cuidar dos que partem, tornando-os para modelo e para exemplo. O heroísmo dos que dão a vida por nós todos reclama a unidade heróica da nação inteira. Quando a alma portuguesa se levanta no mundo, não pode amesquinhar-se, nem degradar-se em Portugal. Quando os nossos soldados valorosos fraternalmente se conjugam no amor da Pátria, não podemos nós vilipendia-la e desonrá-la com a baixaza tórva do nosso egoísmo, com o furor demente dos nossos ódios. Banhemos em luz os corações, estremo as almas, magnifiquemos as vontades!*

Mais do que isso, exortava-se a criação da *verdadeira* religião civil que alimentasse a esperança em tempo de guerra,

*Queimemos os nossos farrapos e misérias em labaredas de ideal, que nos sublimem!  
Comunguemos e ajoelhemos de mãos postas ante a imagem da Pátria idolatrada, e sob o esplendor augusto do seu olhar rezemos todos, cheios de fé, uma oração unânime, ei-la:  
Pátria divina de Camões e de Nun'Álvares, santificada seja o vosso nome.  
Venha a nós o vosso valor e a vossa glória.  
Seja feita a vossa vontade em nossas almas.  
Dai-nos em cada dia o pão imortal da vossa esperança, e perdoais, senhora, os nossos erros.  
Para nos livrar de todas as fraquezas e de todo o crime, encheremos os corações do vosso amor. Amen<sup>13</sup>.*

---

13 AHM – *Corpo Expedicionário Português*, 1ª Divisão, 36ª Secção, Caixa 34, n.º 27 – Junta Patriótica do Norte («Junta Nacional de Propaganda Patriótica»), 1916.



Estas e muitas outras iniciativas partiram da JPN, evidenciando a campanha realizada na imprensa e a distribuição de propaganda.

## A JUNTA PATRIÓTICA DO NORTE: RITOS E LUGARES DE MEMÓRIA

Procurar-se-á identificar, agora, as responsabilidades da Junta Patriótica do Norte no embasamento dos processos rememorativos da Grande Guerra, delineando novos locais de culto da religião cívica republicana. A análise incidirá, primeiro, no recorte dos marcos temporais que pautaram a construção de um calendário específico, dos seus ritos e símbolos, para depois surpreender a figuração dos lugares de memória.

Interessa perceber, neste contexto, o trabalho de camuflagem da morte e do drama da experiência de guerra, inscrevendo-a e anulando-a no desejo nacional de superação. Além de político, a comemoração é, insiste-se, um exercício cultural: escreve um conjunto de códigos simbólicos, ordenando raciocínios e narrativas dominantes de acontecimentos recentes com poder de ruptura e transformação; reescreve a sua própria história do acontecimento e confere à sociedade uma narrativa sobre ela mesma. A eficácia destes processos rememorativos está na capacidade de convencer a população que o discurso construído fora das suas memórias, também pode ser constituído como «memória», o que revela as linhas de força política, social e cultural que lhe são contemporâneas e a sua versatilidade<sup>14</sup>.

Em 1977, Antoine Prost apresenta as comemorações à Grande Guerra e, principalmente, os monumentos aos mortos de guerra como lugares de memória criadores de novos rituais cívicos de renovação do culto secular, servindo a «(re)escrever» valores republicanos<sup>15</sup>. Numa abordagem introdutória da obra colectiva *Les lieux de mémoire*, um pouco mais tarde, Pierre Nora explana o que se entende por lugares de memória: qualquer identidade significativa, de tipo material ou ideal, resultante da vontade humana num determinado tempo, torna-se um elemento simbólico do património memorial de uma comunidade<sup>16</sup>.

A necessidade de celebrar a guerra parte de comunidades, grupos e famílias mais próximos dos combatentes, levando à formulação de «estruturas de sociabilidade»

<sup>14</sup> Cf. SHERMAN, 1999: 7-10. A partir da análise da construção da memória na França do entre-guerras, Daniel Sherman estabelece uma importante definição de conceitos a ter em consideração. *Comemoração*, entendida como uma «variedade de discursos e práticas na representação de um evento ou época». Esta definição contém no seu seio uma visão cultural e social relacionada com a memória do evento comemorado. *Discurso*, um grupo de declarações ligadas pelo seu objecto. *Representação*, uma operação e os seus artefactos, que causa sinais ou mostras do referente que está ausente, um lento processo de produção de um significado. Discurso e representação estarão no cerne da compreensão das componentes da memória da guerra, «forjando uma versão consensual de um acontecimento ou uma série de acontecimentos relacionados que perturbaram a estabilidade da comunidade ou trataram de o fazer», SHERMAN, 1999: 7.

<sup>15</sup> A mesma ideia de *Les anciens combattants et la société française 1914-1939* é apresentada em *Les Lieux de mémoire*, no capítulo «Les monuments aux morts. Culte républicain? Culte civique? Culte patriotique», in NORA, 1984:195-228.

<sup>16</sup> Obra que delinea um conjunto de perspectivas e interpretações no quadro da história cultural, mas que, não se centrando na Grande Guerra, apenas nos serve de referência, sendo que as alusões à Grande Guerra são escassas e encaradas como auge das comemorações, no universo da III República, com a propagação e consumação de valores do Estado-nação. Veja-se NORA, 1984.

destinadas a ajudar os sobreviventes, como se constata no empenho da JPN. A rememoração das perdas pela família, comunidade ou Estado – através de representações locais ou nacionais e onde liturgias políticas e de lutos privados são complementares – instaura diversos formatos comemorativos, isto é, os tais *lugares de memória*<sup>17</sup>.

De facto, o esforço da Junta Patriótica do Norte (JPN) prolongou-se e acentuou-se no pós-guerra, nomeadamente no que diz respeito à assistência aos órfãos de guerra, às comemorações das efemérides dos dias 14 de Julho, 9 de Abril e 11 de Novembro e, por fim, mas não menos importante, à divulgação e concretização de manifestações artísticas de homenagem aos homens mortos.

Na perpetuação memorial do esforço de guerra, desempenham um papel imprescindível as comissões que dela fazem parte, que comportavam nomes consideráveis do universo cultural nacional. Destaque-se o trabalho levado a cabo pela comissão artística, já referida, que integrava João Marques de Oliveira (seu presidente e professor da Escola de Belas Artes), e os artistas plásticos Acácio Lino, Cândido Cunha, Júlio Ramos, Almeida Coquet, António Teixeira Lopes e Diogo de Macedo, responsáveis pela elaboração de desenhos, panfletos, esculturas, que projectassem a actividade da Junta, bem como a importante campanha de monumentos concelhios em homenagem aos mortos da guerra<sup>18</sup>. Alguns destes artistas seriam futuramente responsáveis por parte dos projectos escultóricos e arquitectónicos mais notáveis.

A JPN foi responsável pela concretização contínua de actos fundadores do processo de rememoração nacional, como o agradecimento formal à cidade de Lille pelo tratamento prestado aos prisioneiros depois de 9 de Abril de 1918; a importante campanha local e, posteriormente, a delineação nacional e subscrição dos projectos de monumentos concelhios de homenagem aos mortos da Grande Guerra no Norte do país, no qual se insere o primeiro monumento do Porto na Praça Carlos Alberto (11 de Novembro de 1924), mais tarde demolido devido à polémica em que se viu envolvido; a *consagração dos heróis da Pátria* pela introdução do ritual dos dois minutos de silêncio (9 de Abril de 1920); a realização das *Festas da Paz e Liberdade* (14 de Julho de 1919); a comemoração do 15.º aniversário com a Semana da Junta Patriótica (de 22 a 27 de Julho de 1931); entre outras actividades de natureza comemorativa e/ou humanitária em estreita relação com várias comissões/associações fora do país, a destacar a Comissão Portuguesa Pró-Pátria<sup>19</sup> no Brasil, e, dentro de fronteiras, a Cruzada das Mulheres Portuguesas, a Liga dos Combatentes da Grande Guerra (LCGG) ou a Comissão dos Padrões da Grande Guerra. A Junta assume, ainda, protagonismo na organização e

<sup>17</sup> «Através de representações locais e manifestações nacionais [...] as palavras pronunciadas nas cerimónias, as imagens oferecidas sobre forma de inscrição e dos monumentos comemorativos, vitrais, cemitérios, ossários, perduram até aos nossos dias, permite-nos também evocar essas comemorações infinitas ou liturgias políticas e de lutos privados são complementares [...] as referências a Deus, ao Estado, à propaganda, encontram-se inexoravelmente agregadas à imensa confusão», BECKER & AUDOIN-ROUZEAU, 2000: 246.

<sup>18</sup> Cf. AGUIAR, 1932; Junta Patriótica do Norte, 1934.

<sup>19</sup> Cf. AHM – *Corpo Expedicionário Português*, 1ª Divisão, 35ª Secção, Caixa 714, n.º 4-9. Correspondência relativa a assuntos referentes à JPN.



concretização das actividades comemorativas à guerra no Porto, mas também a nível nacional; ao Dia da França – 14 de Julho; à consagração de Camões; ao movimento revolucionário de 31 de Janeiro; e ao 1.º Centenário de 1820.

Vejamos com mais precisão.

## AS COMEMORAÇÕES DA GRANDE GUERRA: RITOS

A JPN assumirá um papel central na delineação dos primeiros formatos comemorativos da Grande Guerra.

No ano de 1918, antes mesmo do fim do conflito, uma das maiores campanhas de propaganda e apoio ao esforço de guerra foi levada a cabo pela JPN no Porto – *Homenagem do Povo do Porto à França heróica e gloriosa*<sup>20</sup>.

A 14 de Julho 1919, a Junta iria garantir mais uma vez, agora com «cobertura internacional», a realização das homenagens aliadas – as Festa da Paz e da Liberdade – em estreita colaboração com a comunidade francesa residente na cidade e a presença do Ministro do Trabalho<sup>21</sup>. Esta celebração teve impacto nacional e internacional, como se pode constatar no tom laudatório da correspondência da Legação Francesa – «as festas da vitória foram celebradas no Porto, com muita solenidade. A organização foi confiada à Junta Patriótica do Norte que fez esforços louváveis para dar o máximo brilhantismo possível»<sup>22</sup>. Assim, à parte da consagração dos Soldados Desconhecidos (1921), coube ao Porto realizar a mais internacional das comemorações realizadas em Portugal. O avançar dos anos diminuiria a centralidade desta data, sendo apenas mantida, em Portugal, pela JPN, e comemorada pela comunidade francesa residente em território português<sup>23</sup>. Em 1921, ela perderá mesmo a importância e centralidade comemorativa, em virtude de um afunilamento a favor do 9 de Abril e do 11 de Novembro.

Depois da primeira normalização do 9 de Abril, reclamada pela JPN (1919)<sup>24</sup>, no ano

<sup>20</sup> Cf. AGUIAR, 1932.

<sup>21</sup> O programa definiria as linhas formais e cronológicas a ser repetidas nos seguintes anos: *Alvorada* (das 6 às 9 horas em todas as freguesias por girândolas de foguetes e por bandas de música percorrendo as linhas da cidade em zorras engalanadas); *exercício – parada de bombeiros* (às 11 horas na casa-escola dos mesmos); *bodo e distribuição de esmolas aos pobres* (das 12 às 14 horas, em todas as freguesias pelas respectivas juntas); *festa infantil no Palácio de Cristal* (das 15 às 19 horas, para as crianças das escolas e da CFS, com música, cinema, *marionettes*, diversões e merenda dada pela Junta a 4 000 crianças); *cortejo da Paz e da Liberdade* (às 16 horas); *saudação à Paz e aos Expedicionários* (às 19h, na tribuna a eles destinada no Palácio de Cristal); *sessão de recepção do Triângulo Vermelho*; *conferência patriótica pelo poeta-soldado Augusto Casimiro*; *festa nocturna no Palácio e popular no Jardim da Cordoaria* (promovida pela Câmara Municipal do Porto – *Arraial popular livre na Serra do Pilar*). (Cf. AGUIAR, 1932).

<sup>22</sup> AMAE – *Correspondance Politique et commerciale*, T. 1. 1914-1940, Portugal 1918-1929, Europe Z, Corps Diplomatique Français, 1 – Légation, Consuls et Attachés de France, 1 Juin 1918 a 31 de Décembre 29, 528-1-7).

<sup>23</sup> Cf. AMAE – *Correspondance Politique et commerciale*, T. 1 1914-1940, Portugal 1918-1929, Europe Z, Corps Diplomatique Français, 1 – Légation, Consuls et Attachés de France, 1 Juin 1918 a 31 de Décembre 29, 528, 9-10. Monsieur Tinayre, Consul de France à Porto, 3 décembre 1918: «Voulant honorer la mémoire des français de Porto tombés au champ d'honneur la colonne française a fait célébrer hier, 2 décembre, à l'église Trinité, une messe suivie, d'un Te deum glorifiant la victoire».

<sup>24</sup> Na capital foi largamente publicitado, concretizando-se com a grandiosidade desejada (destaque-se a presença do Presidente da República). No Porto, verificou-se uma «*sessão solene* às 20h30, no Teatro Águia de Ouro, sob a presidência do Dr. Barbosa de Castro e Dr. José Domingues dos Santos, representando o Governo. Além destes são oradores nesta brilhante sessão os Srs. Drs. Santos Silva e Bernardino Ribeiro, cap. Guilherme Terrio, Alfredo Gouveia, Ten. Cor. Freiria, Ten.

de 1920 dar-se-iam importantes passos para a sua oficialização, decretando-se tolerância de ponte nas secretarias de estado e estabelecimentos dependentes e feriado oficial nas escolas<sup>25</sup>. Mais uma vez, coube à Junta Patriótica do Norte, secundada pela Câmara Municipal de Lisboa, a criação de um programa de comemorações cuidadosamente elaborado para o dia. Seria ainda concedida amnistia aos presos por crimes militares, cometidos por oficiais ou praças de pré do Exército ou da Armada em África ou em França durante a Grande Guerra, prática que se tornou recorrente nestes aniversários<sup>26</sup>.

Um ritmo e uma tendência começam a desenhar-se. Anualmente, segue-se a ordem comemorativa, inserem-se novidades e regulamentam-se programas<sup>27</sup>. Mas, a inicial tutela do Ministério da Guerra, em que também não se pode ignorar, apesar de tudo, a precocidade das iniciativas da JPN, desagua num contexto de gradual omissão dos órgãos de poder, cuja diligência seria alargada a associações criadas durante ou depois da guerra, como a Junta Patriótica do Norte, e que passam a controlar, à parte da instabilidade política nacional, os processos nacionais de rememoração da guerra.

## OS MONUMENTOS AOS MORTOS DA GRANDE GUERRA: LUGARES DE MEMÓRIA

A compreensão dos monumentos como parte integrante da religião civil é central. Estes não são um fenómeno exclusivo da I Guerra Mundial. A sua natureza tem origem na formação dos Estados-nação e na concomitante necessidade de criação de «exércitos nacionais»: a legitimação pública das novas ordens políticas emergentes exigia que ao exército de cidadãos fosse dada a merecida homenagem, sobretudo aos seus destacados heróis (hierarquicamente identificados).

Em Portugal, o primeiro alento no sentido da projecção de lugares de memória da Grande Guerra surge em 1919, quando a Junta Patriótica do Norte procura definir um modelo de padrão a ser divulgado pelos concelhos do país. Um dos últimos ofícios de divulgação é feito a 10 de Janeiro de 1923. Dado o quantitativo de construções desta natureza verificadas já nos finais dos anos 20, a campanha foi extremamente bem

---

Pina de Morais, Mem Verdial, Emílio Donnée (como cidadão francês), cor. Diocleciano Martins, Dr. Alberto de Aguiar e o académico Alexandre Córdova. [...] Inicia-se o movimento de gratidão à cidade de Lille pelo carinhoso acolhimento da sua população aos prisioneiros que a atravessaram sobre a rude vigilância teutónica, após a batalha de 9 de Abril de 1918. Sob o título *Homenagem à cidade de Lille*, lança-se um apelo para uma subscrição destinada à compra de uma *bandeira do Exército Português* à heróica e martirizada cidade, criando-se núcleos de adesão em vários concelhos, escolas e unidades militares» (Cf. AGUIAR, 1932).

<sup>25</sup> Cf. *O Século*, 9 de Abril de 1920, p. 4: «Em comemoração do 1º aniversário da Batalha de La Lys, em que as nossas tropas do C.E.P. se portaram brilhantemente, há hoje tolerância de ponte nas secretarias de Estado e estabelecimentos que lhe são dependentes. O ministro da Instrução determinou que o dia de hoje seja considerado feriado oficial nas escolas dependentes do seu ministério. [...] Nos Institutos dos Mutilados da Guerra. Promovida pela Federação Académica de Lisboa, realiza-se hoje uma festa no Instituto Militar de Arroios para Reeducação dos Mutilados de Guerra, de que é director o Sr. Dr. Tovar de Lemos. [...] No Instituto dos Mutilados de Santa Izaabel estará também patente ao público por determinação do Ministro da Guerra, das 12 às 18 horas, não obstante encontrar-se em obras. Récita de Gala [...] Hoje pelas 12 horas deve celebrar-se na igreja de S. Domingos uma missa de sufrágio pelos soldados portugueses mortos na guerra».

<sup>26</sup> Cf. Lei n.º 1.146 – *Diário do Governo*, I Série, n.º 73, 9 de Abril de 1920.

<sup>27</sup> Cf. «O 9 de Abril», *O Século*, 9 de Abril de 1922, p. 4; «O 9 de Abril», *O Dia*, 8 de Abril de 1922, p. 1.

sucedida, consumando-se como um dos formatos de memorial à Grande Guerra mais comum em Portugal.

O início da *Propaganda de Homenagem Nacional aos Mortos da Grande Guerra* deu-se a 30 de Julho de 1919, com o envio de uma circular aconselhando que cada concelho afixasse uma lápide, padrão ou monumento com o nome dos seus mortos na Grande Guerra:

*Em nome da JPN, parcela mínima da alma portuguesa que aspira à dignificação da Pátria e à sua nobilitação pelo culto dos seus heróis, chamo a vossa atenção pela ideia que à Junta é sugerida pelo poeta-soldado e grande patriota, capitão Augusto Casimiro de fixar uma lápide ou outro monumento, em cada sede de concelho, os nomes dos mortos da Grande Guerra. Deixo em toda a sua singeleza à vossa ponderação esta consagração simples, mas altamente significativa, convicto de que a Junta que a perfilha e vivifica, imprimindo-lhe unanimidade, vai receber imediatamente a adesão de todas as câmaras e com ela a forma como procurarão efectivá-la no mais curto prazo de tempo. A Pátria nobilita-se perpetuando o nome daqueles que grandes ou humildes por ela se bateram ou morreram<sup>28</sup>.*

Esta primeira circular seria renovada a 15 de Agosto, confirmando e reforçando as instruções, até que a 28 de Janeiro do ano seguinte se expede a terceira circular com o projecto do padrão comemorativo, o processo de execução, as legendas e todos os esclarecimentos necessários à realização de tão elevado empreendimento. O projecto simples de um monumento padrão servirá como exemplo de base, que a própria JPN irá concretizar, procedendo à inauguração do seu modelo (o primeiro neste formato) a 11 de Novembro de 1924.

Quando o apelo da JPN estava já largamente propagado, e localmente crescia o desejo de se homenagear os mortos, dá-se a primeira referência no parlamento à necessária concretização dos padrões e ao esforço levado a cabo pela Junta. O senador Pedro Chaves alertava

*para o movimento, extremamente simpático, que se está operando no nosso País, e cuja iniciativa se deve à Junta Patriótica do Norte. Refiro-me à construção de monumentos em cada sede de concelho para perpetuar o nome dos soldados que, pertencendo a esse concelho, morreram na guerra. A ideia é tão simpática e está tanto no espírito, de todos que todos os corpos administrativos pensam em dar-lhe execução, embora alguns lutem com dificuldades financeiras<sup>29</sup>.*

A ideia teve claro impacto nacional. Numa alocução proferida no I Congresso de Combatentes Portugueses em Janeiro de 1929, o representante da JPN referia que

*até hoje 39 concelhos honraram os seus sentimentos de gratidão, levantando padrões, monumentos ou placas comemorativas à Memória dos Soldados mortos na Grande Guerra, 7*

<sup>28</sup> «Homenagem aos Mortos da Grande Guerra. Tese apresentada ao 1.º Congresso dos Combatentes», *A Guerra*, ano 4, n.º 44, Agosto de 1929, p. 4 [texto adaptado da circular emitida pela JPN].

<sup>29</sup> Pedro Chaves, *Diário do Senado*, 11 de Maio de 1920, p. 11.

deram a ruas ou praças o nome de ‘Combatentes da Grande Guerra’ e 40 projectaram erigir padrões ou placas comemorativos, tendo já alguns deles, como Lisboa, Sintra, Santarém, Espinho, Barcelos, etc., inaugurado a primeira pedra, seguramente com o intuito de não limitarem as suas homenagens a este primeiro e muitas vezes, infelizmente, definitivo acto<sup>30</sup>.



**Imagem 2** – Padrão aos mortos da Grande Guerra de Penafiel (modelo da Junta Patriótica do Norte), 11 de Novembro de 1927 (Fonte: LC).

seguirem esta linha, outros, consideravelmente em menor número, assumem duas outras formas: a cruz de guerra, agigantada e verticalizada, e a coluna quadrada e alta, a que no topo se adossa o escudo.

Em 1921, aparecem as primeiras reproduções em Condeixa-a-Nova, Penamacor e Cartaxo<sup>33</sup>. Salvaguardando a minoria dos padrões com alguma importância estética, os

No ano de 1920, o dia 10 de Junho «será considerado feriado nacional e dedicado à inauguração dos monumentos concelhios em homenagem aos portugueses mortos pela Pátria na Grande Guerra, em África, em França e no mar»<sup>31</sup>. A proposta lançada nas *Ordens do Exército* no dia 4 de Junho teve os devidos resultados.

O modelo lançado pela JPN em Janeiro de 1920 assumiu-se como a forma mais comum em Portugal, com cerca de vinte e cinco exemplares espalhados pelo país, maioritária, mas não exclusivamente, no Norte do país, a que numa fase mais avançada poderia ser adossado um serrano. A simplicidade dos padrões leva à sua desconsideração. Com desenho muito fraco, seguiram um esquema mais ou menos uniforme, traduzido numa coluna ou pilar assente em base de configuração e dimensões variáveis e com o inevitável coroamento de Cruz de Cristo ou Esfera Armilar<sup>32</sup> – a inevitável simbologia cívica e patriótica. Apesar da maioria de exemplos

<sup>30</sup> «Homenagem aos Mortos da Grande Guerra. Tese apresentada ao 1.º Congresso dos Combatentes», *A Guerra*, ano 4, n.º 44, Agosto de 1929, p. 4; Cf. LC, CPGG, Pasta 5 – Correspondência com a Junta Patriótica do Norte, Porto, 30 de Outubro de 1932, contando-se: «25 concelhos que levantaram Padrões ou Monumentos de gratidão e consagração à Memória dos seus Mortos da grande Guerra; 24 concelhos em cujos Edifícios ou Quartéis existem placas com os nomes dos soldados Mortos; 37 concelhos que projectam erguerem Monumentos ou Padrões alguns com maquettes já aprovadas ou com inauguração da primeira pedra».

<sup>31</sup> Lei n.º 983 – *Ordem do Exército*, 1.ª Série, 4 de Junho de 1920, p. 267.

<sup>32</sup> Cf. SAIAL, 1991: 23.

<sup>33</sup> Anadia, Arruda dos Vinhos, Barcelos, Braga, Condeixa-a-Nova, Estarreja, Ílhavo, Marco de Canavezes, Monte Redondo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Oliveira do Hospital, Penafiel, Penela, Vagos, Vendas Novas, Viana do Castelo. Existem ainda

demais são estruturas imitativas de modelos anteriormente concebidos sob determinação central, interessando sobretudo pelo valor simbólico a ser esmiuçado.

Pensar-se que o modelo-padrão, pela sua generalizada simplicidade, seria desprovido de polémicas seria um erro. O exemplar da JPN para o Porto – projecto de José de Oliveira Pereira, inaugurado a 11 de Novembro de 1924 após longa exibição pública da maquete (1922), seria destruído em 1925 por não agradar à população do Porto. Na sequência deste acontecimento a JPN iria gradualmente afastar-se desta empreitada.

*Não agradou na sua concepção e proporções, embora tivesse a sanção muda do público, perante o qual foi largamente exposta a sua maquete, e saísse incólume das repartições camarárias por onde transitou o seu projecto, sem o que não poderia ser construído. Uma atmosfera pesada o envolveu, como pronuncio de tempestade próxima, e eu, com o Dr. Mário de Vasconcelos e Sá, então ainda meu dedicado e nunca esquecido auxiliar [...] pressentimos no silêncio com que o acolheram e no vago descontentamento que já durante a execução do Monumento tínhamos feito sentir verbalmente ao artista, a aproximação da borrasca. Estalou neste dia o raio destruidor da crítica feroz, sob a forma de um artigo violento e mordaz em que o monumento foi ridicularizado com bonecos caricaturais, sem respeito algum pelos artistas e pelos sentimentos da Junta, no propósito firme de o arrasar. Seguiu-se uma polémica nos jornais, em que entrevistamos, não para salvar o Monumento, mas para que fosse modificado pelo artista que o executou, como era de direito e de justiça [...]. Não o consegui; o Monumento foi demolido, depois de vedado ao público durante algum tempo<sup>34</sup>.*

Não obstante a simplicidade e o significado histórico que envergavam, numa alusão aos tempos idos dos Descobrimentos, estas construções não se eximiram de crítica (a destruição do padrão do Porto foi um claro exemplo). Criticada ou não, esta é uma tipologia visivelmente dominante. Cerca de metade memoriais são de natureza cívica, maioritariamente erguidos ou iniciados na década 20, logo que a Junta Patriótica do Norte lança o «modelo-padrão» (adoptado oficialmente)<sup>35</sup>, distribuindo-se maioritariamente pelo Norte do país.

---

outras variantes do padrão como Almeida, Elvas e Lagos que apresentam uma forma onde o padrão é essencialmente constituído de uma Cruz de Guerra em tamanho grande. Espinho, Vila do Conde e Marinha Grande apresentam forma de padrão em paralelepípedo disposto na vertical, no topo, esculpido ou adossado, o escudo local. Exemplos particulares de padrão: Mira (padrão que termina num busto de República); Mondim de Basto (padrão de formas fortes constituído por uma Cruz de Guerra e escudo); Tavira (padrão difícil de compreender se é uma chama ou um fascio); por fim, Seixal (uma forma de pedra mal acabada termina no topo com a esfera armilar). Guarda (o projecto de Júlio Vaz Júnior não foi realizado, apenas um padrão em 31 de Julho de 1940); Figueira da Foz (António Varela e Luís Fernandes, Setembro de 1928 e 3 de Abril de 1932); Seia (Costa Mota Sobrinho, 17 de Agosto de 1926).

<sup>34</sup> AGUIAR, 1932.

<sup>35</sup> Cf. LC, CPGG, Pasta VI – Monumentos Concelhios aos Mortos da Grande Guerra, 31 de Agosto de 1936: «Ílhavo. Monumento aos mortos da Grande Guerra, erecto por subscrição pública iniciada pelo jornal 'O Ilhavense' e com o auxílio valioso da Câmara Municipal. Foi inaugurado a 9 de Abril de 1924. O modelo é uma estilização do modelo fornecido às câmaras pela Comissão dos Padrões. É construído em mármore e feito pelo escultor António da Silva Fidalgo de Lisboa. Está colocado no centro do parque da Vila».

## CONCLUSÃO

Em cerca de 21 anos de existência, a actividade da JPN foi reconhecida, quer no Norte do país, quer a nível nacional, uma vez que protagonizou a organização e realização de algumas das mais importantes iniciativas de assistência, propaganda e rememoração da participação portuguesa na guerra, recebendo recorrentemente a visita das mais altas entidades políticas nacionais. No ano de 1921 foi condecorada com a Ordem de Torre e Espada.

Em ofício ao Ministério do Interior do ano de 1937, a JPN apresenta a decisão de encerrar actividade, face à crise de recursos e ao fim da razão central que a fez nascer, decidindo entregar a tutela da Casa dos Filhos dos Soldados (CFS) à Liga dos Combatentes da Grande Guerra (LCGG), o que veio a acontecer em Janeiro do ano de 1938<sup>36</sup>.

*[U]ma Obra particular de Assistência Militar para os órfãos dos combatentes pobres da Grande Guerra. Ela tem cumprido até hoje, sem vacilações, sem desânimos, com elevado e puro sentimento pátrio, louvor da população e reconhecida simpatia, da 1.ª Região Militar, cuja oficialidade para ela contribuiu espontânea e generosamente com quotas voluntárias mensais desde 1930, o compromisso estatutário de proteger os Órfãos de Guerra e honrar a memória dos seus pais, dignificando o glorioso Exército Português. Entre as várias finalidades ou destinos desta instituição, tendentes pelo menos a aproveitar o dinamismo da sua actividade<sup>37</sup>.*

A actividade da JPN divide-se, assim, em duas fases. A primeira entre 1916 e a oficialização dos seus estatutos a 2 de Maio de 1934. A segunda, deste ano até que solicita a suspensão de actividade (1937). Suspensão que é fruto do desaparecimento das razões de assistência em campanha, de propaganda patriótica, mas, acima de tudo, tal como se pode verificar nas contas de 1934 a 1936, de um grande valor de despesas a que a JPN já não pode responder.

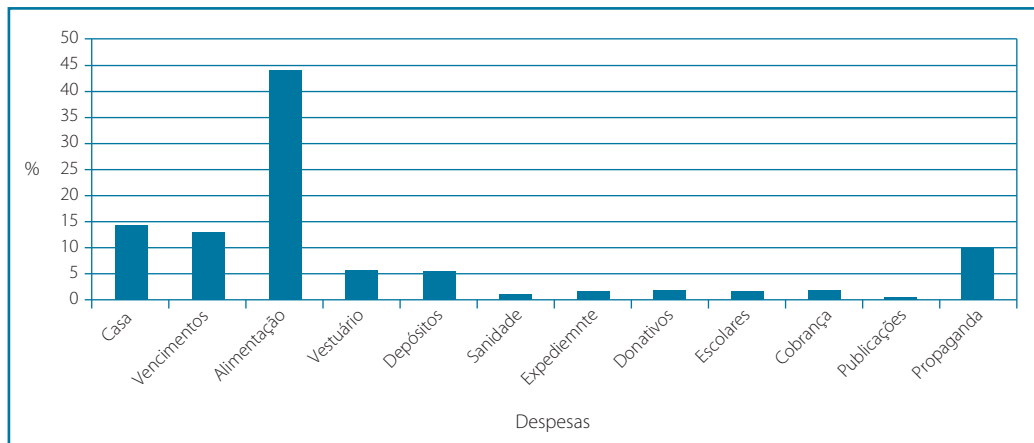
Com efeito, a Casa dos Filhos dos Soldados atravessou uma grave crise financeira, provocada pela aquisição necessária do espaço onde se situava, devendo lançar mão de um empréstimo da Caixa Geral de Depósitos, além do dinheiro que possuía no seu fundo. Para resolver a situação, decidiu-se solicitar ajuda de várias instituições, entre elas a LCGG, a qual comunicou, em Junho de 1934, que contribuiria com cinco contos, mas dispondo-se a poder fornecer um donativo compatível com as necessidades daquela casa. Assim, no mesmo mês, comunicava o presidente da JPN que a Liga colaboraria com a

<sup>36</sup> A LCGG teria um momento central de transição nos primeiros anos da década 30, marcados por uma diminuição das suas actividades, mas também por uma concentração de espólio e funções de instituições como a Junta Patriótica do Norte, a Cruzada das Mulheres Portuguesas e a Comissão dos Padrões da Grande Guerra. A partir da nova ordem constitucional que o Estado Novo cria em 1933, num ano de definições importantes do modelo corporativo, além daqueles formatos criados de raiz, outros se estabelecem, nos quais se insere a intervenção ao nível das associações existentes. Procura-se definir o essencial dos seus estatutos, fiscalizá-las e reestruturá-las, controlando-as através de organismos sobre os quais o Estado tem controlo directo, promovendo a sua concentração (Cf. LUCENA, 1976: 207-227).

<sup>37</sup> AHM – *Fundo Orgânico*, 006, L, 52, Caixa 906, n.º 7 – Ministério do Interior e Direcção Geral de Assistência, 12 de Agosto de 1937. Comunica que a JPN pretende dissolver-se e entregar a Casa dos Filhos dos Soldados à LCGG, solicitando o parecer sobre o assunto.

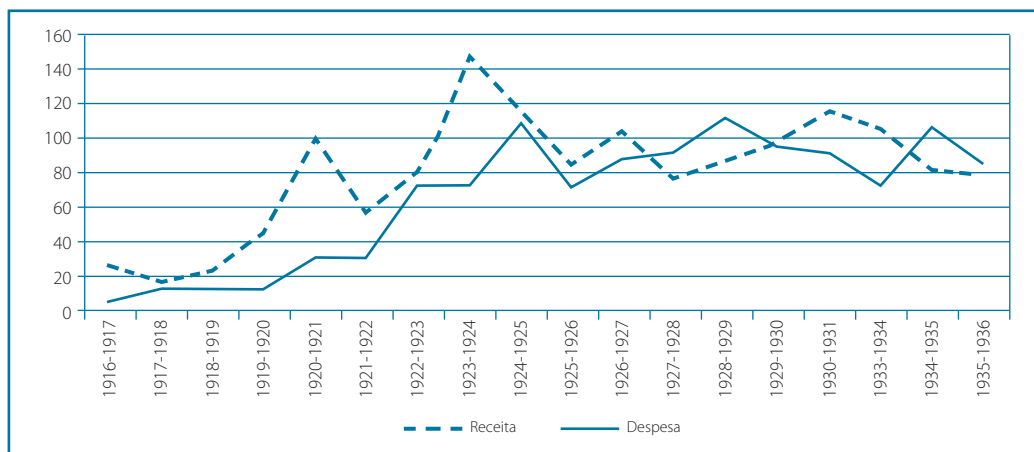


**Gráfico 1:** Distribuição média da percentagem do correspondente no conjunto das despesas da JPN (1916-1931)



Fonte: (Gráfico realizado pela autora a partir de) AGUIAR, 1932.

**Gráfico 2:** Valor de receitas e despesas da JPN de 1916-1931 e 1933-1936



Fonte: (Gráfico realizado pela autora a partir de) Ano económico de 1916-1931 em AGUIAR, 1932; ano económico de 1933-1936 em AHM – *Fundo Orgânico*, 006, L, 52, Caixa 906, n.º 7, ofício 3331 de 19 de Janeiro de 1938.

importância anual de 1.500\$00, pagando dez anos em avanço, solicitando em contrapartida que a CFS recebesse alguns órfãos enviados pela Liga<sup>38</sup>. No ano de 1935, a capacidade da CFS foi aumentada para 60 órfãos, colocando-se assim à disposição da Liga uma vaga existente. Apesar deste alargamento, a CFS continuava com graves problemas financeiros.

Necessitando a Liga de possuir um orfanato onde pudesse internar os órfãos dos combatentes da guerra, sem privilégios regionais, pensou a Comissão Central Adminis-

<sup>38</sup> Cf. LCGG, 1936: 22-26.

trativa da LCGG propor a fusão com a JPN, já que partilham objectivos e finalidades. Depois de uma primeira proposta não acordada, em ofício de 10 de Agosto de 1937, a JPN solicita junto do Ministério do Interior autorização para que se dissolva e entregue a CFS à LCGG, uma vez que aquela está sob a tutela do Ministério da Guerra.

Sendo a única instituição criada durante a guerra para receber os órfãos, conseguiu manter-se à custa de apoios particulares e de dedicação de um grupo de beneméritos. Em Junho de 1937, Hernâni Cidade, presidente da LCGG, receberá uma carta do presidente da JPN, onde Alberto de Aguiar expõe a imperatividade desta transição

*hoje, quase só, perdidos, dispersos, desalentados todos aqueles que me animaram e entusiasmarem, inculindo-me o brio de não abandonar esta Obra, esgotadas as passadas energias, perpassa-me a ideia de ver perdido tanto esforço, com a mágoa de não ter podido ou sabido assegurar uma sucessão que muitas vezes tentei sem êxito, vivera, sentira e por ele se sacrificara. Tinha de ir até ao final, e na preocupação de ver liquidar, ingloria e lentamente uma obra que entendo não pode soçobrar, porque não ultimou toda a sua missão – há ainda centenas de Órfãos de Combatentes que a Casa dos Filhos dos Soldados tem o dever moral de proteger por honra sua e memória dos que em vida depunham suas esperanças – e repugnando-se a deserção pura e simples, deixando aos devotados auxiliares que me cercam, as responsabilidades com que não querem ou não podem arcar, e que a manutenção do orfanato continuamente levanta, volto-me para a única entidade capaz de continuar, passados 20 anos, a obra de protecção aos Órfãos da Grande Guerra que a Junta Patriótica do Norte iniciou em 1916<sup>39</sup>.*

Na continuação deste documento, a JPN solicita, com um *projecto-apelo*, a transição da CFS para a LCGG, depois de discussão e aprovação das condições estabelecidas:

*a) Conservar a denominação: ‘Casa dos Filhos dos Soldados’, fundada pela ‘Junta Patriótica do Norte’ em 1917 (por ela administrada até à sua passagem para a posse da ‘Liga dos Combatentes da Grande Guerra’). b) Conservação com a mesma ou outra designação (tal como Núcleo da FIDAC auxiliar feminina) do Núcleo de Senhoras que superintendem na direcção interna moral e disciplinar do simpático Orfanato da Guerra. c) Conservação do seu pessoal regente e sem o qual a Instituição não poderá funcionar, tal a dedicação, actividade, zelo e carinho com que a têm servido; ele resume-se a uma regente com um vencimento anual de 4.800\$00 escudos e a uma sub-regente com o vencimento anual de 3.000\$00 escudos. [...] e) Compromisso moral de manter até ao final a ‘Casa dos Filhos dos Soldados’, isto é, até ser agasalhado o último órfão de guerra que a ela tenha direito moral e regulamentar, [...] g) Conservar a cada internado, abrindo outras aos futuros admitidos, a sua caderneta de depósito na Caixa Geral de Depósitos, como pequeno e útil dote de previdência; nelas serão consignados donativos privativos, ou percentagem de trabalhos ou prémios que conquistem, assim como disponibilidades da Liga, a exemplo do praticado pela ‘Junta Patriótica do Norte’<sup>40</sup>.*

<sup>39</sup> AHM – Fundo Orgânico, 006, L52, Caixa 906, n.º 7, Lisboa, 10 de Agosto de 1937.

<sup>40</sup> LCGG, 1938.

Apesar de programada, a transição não se efectuou a 11 de Novembro de 1937, mas no início do ano seguinte<sup>41</sup>.

Desde a sua fundação, a Junta Patriótica do Norte (JPN) assumiu lugar de destaque na propaganda patriótica e na assistência e socorro às vítimas portuguesas da guerra. Por iniciativa de alguns dos mais importantes e convictos republicanos do Norte do país inseridos nas suas comissões, a Junta desempenhou uma das mais eficazes campanhas de propaganda à República e à intervenção na guerra, através da organização e realização de conferências, campanhas de subscrição e comemorações, cuja centralidade na definição de linhas memoriais teve o seu auge no pós-guerra.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (IAN/TT)  
Ministério do Interior (MI), Direcção Geral de Administração Política e Civil (DGAPC)  
Arquivo Histórico Militar (AHM)  
Corpo Expedicionário Português  
Fundo Orgânico  
Archives du ministère des Affaires Étrangères (AMAE)  
Correspondance politique et commerciale T. 1. 1914-1940, Portugal 1918-1929, Europe Z  
Liga dos Combatentes (LC)  
Comissão dos Padrões da Grande Guerra (CPGG)

*Diário da Câmara dos Deputados*

*Diário de Governo*

*Diário do Senado*

*Guerra (A)*

*Ordens do Exército*

*Século (O)*

AGUIAR, Alberto de (1932) – *Junta Patriótica do Norte: 15 anos de Benemerência 1916-1931. Relato geral da sua obra e da Casa dos Filhos dos Soldados*. Porto: [s.n.], [sem paginação].

BECKER, Annette; AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane (2000) – *14-18 Retrouver la Guerre*. Paris: Gallimard.

DALISSON, Rémi (1998) – *La célébration du 11 novembre ou l'enjeu de la mémoire combattante dans l'entre-deux-guerres (1918-1939)*. «Guerres mondiales et conflits contemporaines: revue d'histoire», n.º 192, p. 5-24.

Junta Patriótica do Norte (1934) – *Estatutos da Junta Patriótica do Norte: aprovados por alvará de 2 de Maio de 1934*. Porto: Emp. Industrial Gráfica do Porto.

Junta Patriótica do Norte (1917) – *Projecto de organização dos núcleos concelhos da Junta Patriótica do Norte*. Porto: Tipografia Mendonça.

Liga dos Combatentes da Grande Guerra (1938) – *Relatório da Gerência de 1937*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

— (1936) – *Relatório da Gerência de 1934 a 1935*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

---

<sup>41</sup> Cf. AHM – *Fundo Orgânico*, 006, L, 52, Caixa 906, n.º 7, ofício 3232 de 19 de Janeiro de 1938. Solicita que o Presidente da LCGG, General Daniel Rodrigues de Sousa, vá ao Porto no próximo dia 27 e 28 para assistir a outorga da Casa dos Filhos dos Soldados.

- LUCENA, Manuel de (1976) – *A evolução do sistema corporativo português. Salazarismo*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, vol. I.
- NORA, Pierre, dir. (1984) – *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, vol. I. *République*.
- SHERMAN, Daniel (1999) – *The construction of the memory in interwar France*. Chicago: The University of Chicago Press.
- SAIAL, Joaquim (1991) – *Estatuária portuguesa dos anos 30 (1926-1940)*. Mirandela: Bertrand Editora.